



Animais silvestres: legislação mais branda para caça de animais selvagens por famílias pobres ou por agricultores licenciados, para proteger lavouras

Meio ambiente: governo cede para aprovar projeto

Acordo com ruralistas permite queimadas e abranda normas de proteção à fauna selvagem

Um acordo com a bancada ruralista no Congresso garantiu ao governo a segurança que faltava para pôr em votação, na terça-feira, o projeto da Lei de Proteção ao Meio Ambiente, que cria penas alternativas para os crimes de poluição e contra a fauna e a flora. O projeto também permite a responsabilização de empresas e empresários por crimes contra o meio ambiente cometidos por seus administradores. O governo aposta na aprovação do projeto.

Até balões juninos estão na mira —severa— da nova lei: fabricar, vender, transportar ou soltar balão que possa provocar incêndio em floresta ou qualquer forma de vegetação será punido com seis meses a um ano de detenção e multa a ser determinada pela Justiça. Destruir ou danificar plantas ornamentais em pra-

ças e outros locais públicos também será punido com detenção de um mês a um ano.

“Fizemos um acordo para aprovar a lei possível”, disse um dos principais negociadores pela bancada ruralista, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). “O governo se comprometeu a corrigir os problemas na regulamentação da lei.” Uma das promessas feitas aos ruralistas foi a permissão para queimadas em campos cultiváveis e pastos.

O governo se comprometeu também a fixar prazos para correção de alguns crimes ecológicos cometidos por agricultores, como a degradação de matas ciliares ou margens de florestas. “Quem plantou em terrenos onde não poderia cultivar nada terá um prazo para recuperar a mata.”

A pedido dos ruralistas e empresários, o governo também abrandou o item que determinava a suspensão de atividades de empresas responsáveis por dano ecológico. “Se a empresa estiver usando um agrotóxico proibido, deverá interromper apenas o uso do veneno. Mas se a continuação da atividade provocar dano ao meio ambiente, a empresa tem de suspender todas as atividades.”

O projeto abranda normas da lei de proteção à fauna. Será permitida, por exemplo, a morte de animais selvagens por famílias pobres, para subsistência, ou por agricultores licenciados, para proteger lavouras ameaçadas pelos bichos. O projeto cria multas que podem chegar a R\$ 50 milhões para casos de infrações contra o meio ambiente e prevê os casos em que os responsáveis por

crimes ecológicos devem ser presos.

Provocar incêndio em mata ou floresta, por exemplo, será punido com reclusão de dois a quatro anos e multa a ser definida pelo juiz. “Antes, o sujeito que incendiava a Floresta Amazônica não teria punição”, afirmou o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause.

O projeto permite ao governo doar madeira apreendida a instituições escolares, penais, hospitalares ou beneficentes. Hoje, a madeira recolhida é guardada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que não pode usá-la. Entre as penas alternativas previstas pelo projeto, está a prestação de serviços à comunidade e o pagamento de indenizações.

Sergio Leo

ENTIDADES CRITICAM MUDANÇAS

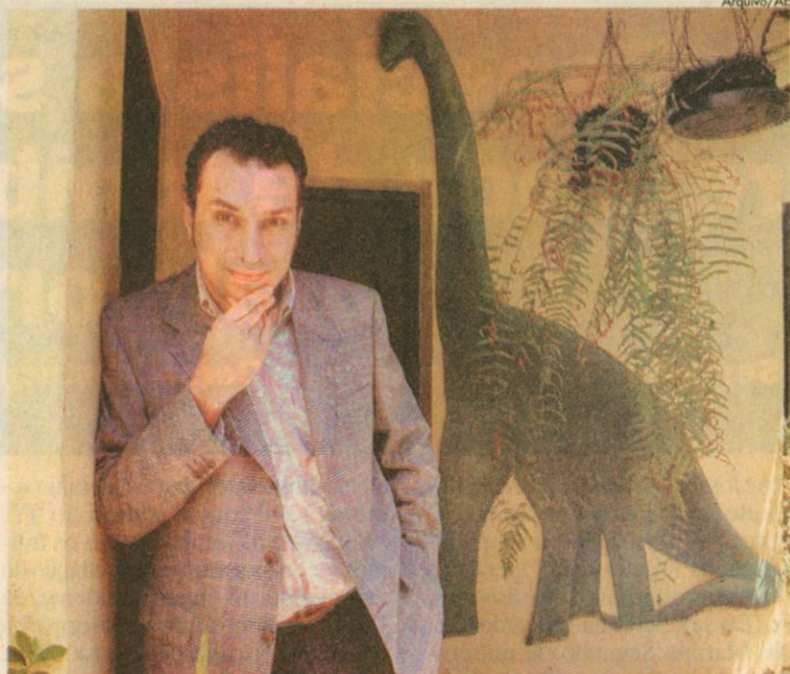
ONGs e deputados da oposição tentam adiar votação. Para eles, lei foi ‘mutilada’ por 35 alterações

Trinta e cinco alterações no projeto da nova Lei de Proteção ao Meio Ambiente, durante as últimas negociações na Câmara dos Deputados, deixaram os ambientalistas revoltados. “O projeto acabou, o essencial está sendo eliminado”, explicou João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Instituto Socioambiental.

Capobianco, dirigentes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e deputados da oposição estão tentando adiar a votação, que deve acontecer na terça-feira. “Não vale a pena votar um projeto dilapidado.”

Para os ambientalistas, quatro pontos indiscutíveis foram retirados do projeto: o artigo 6, que estabelecia responsabilidade objetiva por infração ambiental, deve ser rejeitado por acordo em plenário. A responsabilidade das empresas também deve ser rejeitada. ONGs e órgãos públicos relacionados ao meio ambiente não poderão abrir um processo criminal ao lado do Ministério Público (MP) como havia sido previsto no projeto.

De acordo com o projeto, o funcionário público que licenciava um empreendimento inadequado ou sem estudo de impacto ambiental seria responsabilizado diretamente pe-



Roberto Smeraldi: sem ilusões de que a lei resolva os problemas

la infração. Mas esse artigo também deve ser rejeitado.

“Não existe mais lei de crime ambiental”, disse Mário Mantovani, coordenador do SOS Mata Atlântica. “Mutilaram a lei.”

Já Roberto Smeraldi, representante do Amigos da Terra, acredita que

a nova lei pode ser um avanço conceitual e operacional. “De qualquer forma, é um progresso, mas é ilusão pensar que os problemas de fiscalização possam ser resolvidos com a lei.”

A Lei de Proteção ao Meio Ambiente deve ter também punições

mais brandas para os caçadores de animais silvestres. Nesse ponto, ambientalistas e governo concordam. “Hoje é menos grave atirar num fiscal do que num animal”, disse Ricardo Freire, dirigente da Associação Brasileira de Conservação, que é a favor de um manejo regulamentado da fauna e da caça. “Quando você mata um fiscal pode responder o processo em liberdade, mas, até hoje, matar um animal é crime inafiançável.”

Freire explica que a caça amadora é saudável para o meio ambiente. “Esse tipo de caça tem interesse na natureza selvagem e ajudará a conservá-la para que permaneça intacta.” Hoje, no Brasil, a caça amadora só é permitida no Rio Grande do Sul.

A caça de subsistência será permitida, mas ambientalistas alertam para a necessidade de fiscalização. “É preciso tomar cuidado para que não haja brecha para safadeza”, alertou o biólogo Felipe Ponce de León.

A presidente da Associação Pró-Carnívoros, Rose Gasparini, concorda com a nova legislação para a caça, mas reclama da falta de fiscalização da fauna. “Temos leis de Primeiro Mundo e fiscalização de 11º.”

Camila Garcia